

A SUBCULTURA DA MACONHA, SEUS VALORES E RITUAIS ENTRE SETORES SOCIALMENTE INTEGRADOS.

Edward MacRae - Doutor em Antropologia Social, professor adjunto FFCH/UFBA, pesquisador associado CETAD/UFBA

Júlio Assis Simões – Doutor em Antropologia Unicamp, professor da USP, pesquisador do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

Resumo

A partir de uma pesquisa antropológica realizada em São Paulo e Salvador, é feita uma descrição da subcultura do uso da maconha por indivíduos socialmente integrados. Argumenta-se sobre a importância de se atentar para os aspectos socio-culturais da questão das drogas, apontando para a necessidade de leva-los em consideração em qualquer intervenção que vise um gerenciamento mais eficaz dos problemas dele decorrentes. No caso dos usuários da maconha, aponta-se para a vigência, entre eles, de um saber bastante elaborado e aponta-se para o uso, através da história, do alarma social sobre o tema como pretexto para exercer maior controle sobre determinadas parcelas da população.

No Brasil os usuários de canabis estão constantemente expostos à estigmatização social, ao assédio policial, a ameaças de violência, prisão e todos os horrores do sistema carcerário brasileiro. Acreditando que essas ameaças são desproporcionais aos riscos que a prática do consumo da maconha representa, tanto para o indivíduo como para a sociedade, e com a intenção de contribuir para mudanças nos estereótipos públicos que fundamentam essas ações repressivas, resolvemos assumir o clássico papel do antropólogo como mediador ou tradutor de culturas e dar, assim, ao público a oportunidade de ouvir as opiniões e entender as representações sociais dos próprios usuários.

Qualquer pessoa que tenha frequentado a universidade ou tenha participado de outras atividades que envolvam jovens, já deve ter cruzado com o uso não-problemático da canabis. Mas muito pouco tem sido escrito sobre o tema na literatura especializada que se possa citar em contraposição às colocações altamente preconceituosas veiculadas com frequência por importantes formadores de opinião, tais como jornalistas ou líderes políticos e religiosos. Embora exista material abundante apontando em outra direção, sobretudo na música popular, não é, normalmente, levado a sério. O uso da maconha tende a ser retratado como uma moda alienígena, adotada por jovens desavisados e como uma prática perigosa levando à escalada para drogas mais perigosas, como a cocaína aspirada e o crack.

Na intenção de suprir essa lacuna, empreendemos uma pesquisa baseada na metodologia da observação participante e em entrevistas em profundidade realizadas em duas grandes capitais brasileiras com membros de círculos de usuários de maconha socialmente integrados, pertencentes à classe média e inseridos no mercado de trabalho ou no sistema educacional (MacRae e Simões, 2000). Focalizamos duas cidades que já conhecíamos bem e onde tínhamos acesso a redes de usuários de cannabis que se dispunham a ser observados e entrevistados por nós.

Enquanto cidadãos, desejamos apontar para o fato de que a proibição do uso da cannabis se originara da necessidade que a elite dominante percebia de dominar certos setores da população, e de que havia muito de fantasioso na maneira como hoje são encarados os usuários. Enquanto antropólogos e pesquisadores da questão das drogas, também queremos enfatizar a abrangência das implicações do modelo biopsicossocial, tantas vezes invocado formalmente na abordagem da questão das drogas, mas, na prática, geralmente relegado em favor de uma ênfase predominante nos aspectos farmacológicos. Tratamos de ressaltar a importância do contexto social e a existência de uma subcultura da maconha, capaz de exercer uma influência marcante sobre os efeitos psicológicos e sociais decorrentes do uso da substância.

A trajetória do uso da maconha no Brasil

A cannabis parece ter sido originalmente introduzida no Brasil por africanos escravizados e durante longo tempo foi parte importante da cultura negra de grande parte do Norte e Nordeste. Espelham isso a expressão “fumo de Angola” e os termos “maconha”, “diamba” e “liamba”, de origem angolana (Doria, 1986 [1915], Iglésias, 1986 [1918], Moreno, 1986[1946], Mott, 1986, Henman, 1982 e 1986, Freyre, 1981:396,650 e 1985:31).

Embora já no século 19 houvesse restrições ao uso urbano da substância, ele continuou em diversas regiões do país, sem maiores empecilhos, até 1936 (Toron 1986:141). Nessa ocasião sua proibição foi promulgada em todo o território nacional, após violentas campanhas de cunho declaradamente racista que, enfatizando sua origem africana, retratavam o costume de fumar cannabis como a “vingança do derrotado”, associavam seus efeitos aos dos opiáceos (daí a utilização da expressão “ópio do pobre”) e apresentavam-no

como uma ameaça à “raça brasileira”. Essa proibição munuiu as autoridades de novos pretextos para manter a população negra, então considerada “classe perigosa”, sob vigilância. Qualquer negro tornava-se suspeito de ser maconheiro ou traficante e, portanto, passível de ser revistado e detido (Adiala 1986).

Durante os anos 50 o uso da cannabis foi muito discutido na imprensa, onde o maconheiro aparecia como um “vagabundo arruaceiro”, embora os médicos insistissem em que se tratava de um “doente mental”. Essas representações tiveram um efeito marcante na maneira pela qual o uso da cannabis veio a ser percebido pela população (Cavalcanti, 1998:119, 132). Hoje o público em geral é levado a associá-la com bandidos perigosos, jovens perdidos no vício ou celebridades fúteis, neuróticas e decadentes.

Subseqüentemente, nos anos 70, durante o regime militar, quando as origens africanas do uso da maconha já estavam quase completamente esquecidas (embora negros pobres continuassem a ser automaticamente suspeitos), houve uma nova onda de alarme social associando-o dessa vez à juventude de classe média. Nos anos 70, este setor da população apresentava-se como uma nova “classe perigosa” não só devido ao movimento guerrilheiro, mas também devido à resistência cultural que se disseminou largamente entre esses jovens depois da derrota da luta armada. A ameaça que representavam advinha do fato de ser entre eles que se tornavam mais evidentes as conseqüências das portentosas mudanças sociais pelas quais passava a nação. Eram os jovens que mais levantavam questões sobre temas relacionados à educação, emprego, sexualidade, etc.

Uma nova e severa legislação sobre entorpecentes foi, então, aprovada em 1976, numa época em que as drogas ilícitas mais usadas eram a maconha, os alucinógenos e as anfetaminas. O uso da cocaína ainda era raro e associado a uma elite endinheirada (Velho, 1998). Esta legislação, marcada pela linguagem característica da doutrina de segurança nacional, base do regime da ditadura militar, continua em vigor até hoje (Karan, 2000:152). Um dos seus muitos defeitos é sua imprecisão na distinção entre traficantes e usuários. Como se não bastasse, desde sua promulgação o tráfico de entorpecentes passou a ser incluído na categoria de “crimes hediondos”, categoria essa que muitos estudiosos de direito consideram uma aberração jurídica. Uma das implicações da inclusão nessa categoria é a impossibilidade dos acusados de tráfico de pagarem fiança e responderem ao processo em liberdade.

Nos anos 80 o uso recreativo e discreto da cannabis tornou-se mais aceito entre grandes setores da classe média. O meio acadêmico não constituiu exceção e, atualmente, uma considerável parcela dos alunos, pesquisadores e professores das universidades fazem uso esporádico da maconha. Porém, a maior parte da pesquisa e da discussão oficial sobre o assunto continua a se concentrar nos usuários problemáticos ou em adolescentes, geralmente adotando abordagens patologizantes ou penais. Raramente se trata do uso feito por adultos socialmente bem integrados.¹ Quisemos, assim, contribuir para preencher essa ausência, sistematizando nossas observações sobre o uso não-problemático da maconha e complementando-as com a pesquisa qualitativa com usuários socialmente bem integrados.

A abordagem biopsicossocial e a subcultura da maconha

Em nossa pesquisa, privilegiamos dois autores que, em seu tempo, trataram de maneira extensa e inovadora das questões que nos interessavam. Nossas observações e entrevistas em profundidade foram grandemente informadas pelas obras do sociólogo Howard Becker e do médico Norman Zinberg.

Becker, em trabalho pioneiro (1966a, 1966b) preocupou-se em explicar como alguém se torna e permanece consumidor regular da maconha, por meio de uma experiência de aprendizagem com outros usuários na qual poderiam ser identificados os seguintes estágios: a) aprender a inalar da maneira correta, isto é, de forma que a substância seja plenamente absorvida; b) aprender a reconhecer os efeitos, que não seriam muito evidentes à primeira vista e que devem ser associados ao uso da substância; c) aprender a considerar os efeitos como algo prazeroso e a lidar com eles de maneira a obter o melhor resultado possível em termos do prazer procurado; d) aprender a enfrentar as formas de controle social que desaprovam esse hábito, através do desenvolvimento de estratégias de obtenção da maconha, de garantir segredo em face de não-consumidores e de justificar, a si mesmo, o seu comportamento diante da condenação moral. Para Becker, é nesse percurso que se desenvolvem as disposições ou motivações para o uso da maconha por prazer.

Zinberg, como outros autores, assinalou a importância da abordagem biopsicossocial do uso de psicoativos focalizando-se integralmente os aspectos farmacológicos, psicológicos e socioculturais. Seus trabalhos se destacam, porém, pela preocupação com as formas de controle social que permitem manter um consumo

controlado de substâncias ilícitas. Para Zinberg, a dimensão sociocultural (social setting) possibilita a utilização de psicoativos segundo um determinado padrão, através do desenvolvimento de sanções sociais – valores e regras de conduta – e de rituais sociais – estilos de comportamento -, os quais, juntos, constituem os controles sociais informais. As sanções sociais indicariam se e como certa substância pode ser usada; essas sanções podem ser informais e compartilhadas por um grupo, ou então formalizadas por leis e regulamentos. Os rituais sociais seriam os padrões estilizados de comportamento prescritos em torno do uso de determinada substância. Estão incluídos nesses rituais os métodos de aquisição e consumo, a escolha do meio físico e social para o uso, as atividades associadas ao consumo e as maneiras de evitar e lidar com efeitos negativos. Dessa forma, esses rituais serviriam como reforços e símbolos das sanções sociais (Zinberg, 1984: 5-6).

Os controles sociais informais, as técnicas de uso, a percepção e apreciação dos efeitos e a elaboração de conceitos que justificam e mantém, para o indivíduo, o seu padrão de consumo constituem o que, modificando uma concepção de Becker (1976b: 189) chamamos de “subcultura da maconha”. Essa subcultura tende a ser o resultado do entrelaçamento de experiências através de redes informais de comunicação entre usuários. Portanto, para que essa informação circule, é necessário que os consumidores estejam ligados entre si por um determinado período de tempo e mantenham um sistema de relações, através do qual se articulam uma série de entendimentos comuns sobre determinada substância e as melhores maneiras de utilizá-la.

Apesar das diferenças históricas e culturais entre as cidades de São Paulo e Salvador, onde realizamos o estudo, encontramos grande similaridade entre os usuários de maconha que pesquisamos e poucos vestígios das antigas tradições africanas. Constatamos que atualmente as subculturas da maconha, no que tangia às técnicas de consumo e a terminologia adotada eram muito parecidas em ambas as localidades seguindo os padrões encontrados na “cultura jovem internacional” originária da Europa e dos Estados Unidos e amplamente difundida no Brasil durante as últimas três décadas. Não estranhamos, portanto, a similaridade entre nossos achados e os reportados por Becker e Zinberg.

Modos de aquisição e de consumo

A maioria de nossos entrevistados foi introduzida ao uso da cannabis por amigos próximos ou parentes (negando assim a noção, correntemente difundida por certos setores alarmistas, a respeito de perversos traficantes que, visando o lucro financeiro, aliciariam jovens incautos para o vício). Após essa iniciação, continuavam, durante certo tempo, a depender dessas redes de sociabilidade para a aquisição e o uso da substância. Elas também eram importantes em auxiliar no desenvolvimento de estratégias para manter o uso controlado e para manter uma distinção entre as atividades onde o uso de maconha seria apropriado e onde não. A maioria considerava seus amigos usuários como a fonte mais confiável de informações sobre drogas enquanto as campanhas oficiais de prevenção eram percebidas como baseadas em informações erradas e mentirosas, embora vários achassem que havia necessidade de informação mais segura.

A rede de sociabilidade desempenha um papel importante na aquisição da substância. Os membros do grupo participam do que se poderia chamar um “pequeno tráfico” entre si, baseado na confiança mútua e na cooperação. Os lucros monetários são geralmente pequenos e a grande vantagem deste sistema é a relativa segurança que dá aos usuários, mantendo-os distantes do mundo perigos dos grandes traficantes.

Uma vez obtida a cannabis, ela passa a ser consumida de maneira marcadamente similar, tanto em São Paulo como em Salvador e, provavelmente, nos outros centros urbanos do Brasil. É notável como certos detalhes se generalizaram pelo país todo, em particular, o hábito de fumar a maconha exclusivamente em forma de cigarro (“baseado”, “beque”, “morrão”, “fininho”). Certos termos, como “baseado”, “seda”, “chá”, “bagana” são encontráveis pelo país afora, embora haja também termos regionais ligados à prática.

Na preparação dos “baseados” segue-se um padrão geral de tratamento da cannabis: sementes e talos são postos de lado e “dechava-se” o fumo, isto é, deixa-se o produto mais fino, esmiuçado. Quase todos os entrevistados sabem enrolar um “baseado”, utilizando somente os dedos, ou recorrendo ao auxílio de algum apetrecho: um prosaico cartão, a tradicional cédula de identidade ou uma pequena máquina de preparar cigarros.

Refletindo as diferenças nas maneiras mais eficazes de se tragar a fumaça da maconha e do tabaco, o modo típico de segurar o “baseado” tende a se distinguir da forma que os entrevistados portam o cigarro. De ordinário, o “baseado” é retido entre as pontas dos dedos indicador e polegar. Mas isso não significa que nunca se retenha o “baseado”

entre os dedos indicador e médio e aspirá-lo com discrição, tal como se faz com o tabaco. De fato, essa maneira é às vezes preferida como estratégia para dissimular o uso da maconha em público.

Todos os usuários desenvolvem também seus critérios para reconhecimento da qualidade do produto a ser consumido. As gradações de qualidade são estabelecidas a partir da avaliação de uma série de aspectos: cor, presença de resina, quantidade de inflorescências (“berlotas”) em proporção a talos e sementes, cheiro e efeitos produzidos. Os usuários experientes cultivam certas práticas para acondicionar, conservar e tratar a maconha. Procuram, em geral, guardá-la de modo a não expô-la à luz, envolta em plástico ou papel laminado. Muito comum é a utilização dos pequenos cilindros negros de plástico, que servem de embalagens para filmes fotográficos, como recipientes para acondicionar a maconha.

Sanções e rituais: da “roda” à desritualização

Os usuários relataram que estabeleceram seu próprio quadro referencial de sanções relativas ao uso da maconha com base na vivência pessoal e na inter-relação com outros consumidores. Estes processos individuais são descontínuos e são às vezes pontilhados por fases descritas como “de consumo exagerado”, cujas conseqüências negativas não deixam de ser sentidas e meditadas.

Após algumas experiências eventualmente desagradáveis, muitos usuários percebem, que é preciso selecionar as circunstâncias e a ocasião para usar maconha. A situação de trabalho é freqüentemente eliminada, seja em virtude da possível ameaça, representada pela descoberta do fato por chefes e colegas, seja pela queda de rendimento, dispersão ou perda de objetividade experimentadas nessas ocasiões. Tende-se, portanto, a reservar o uso da maconha para horas de lazer e descompromisso. Isso, porém não é regra geral absoluta: há situações em que os usuários acreditam poder compatibilizar o uso da maconha e o desempenho no trabalho. Há certo consenso em considerar a maconha inoportuna para a execução adequada de atividades que exigem concentração, precisão, método, ou mesmo mecanização. Em contrapartida, outros acreditam poder realizar melhor e mais facilmente atividades que requeiram um tipo de coordenação rítmica dos movimentos do corpo

(incluindo atividades como dançar, limpar a casa e carpir um quintal).

A princípio a tendência predominante entre nossos entrevistados era utilizar a maconha somente em ocasiões especiais e quase sempre em grupo. Era a situação da “roda de fumo”. O próprio comportamento de fazer passar o cigarro de maconha de mão em mão, prática característica do ritual da “roda de fumo” funcionava também como meio de ajustar os indivíduos aos efeitos da fumaça e à percepção do “barato”. Nesses estágios iniciais, era mais comum as pessoas se reunirem para fumar, embora raramente esse fosse o único ou principal objetivo desses congraçamentos.

À medida que os usuários se familiarizaram com cada aspecto do uso da maconha, a “roda de fumo” foi perdendo o papel de reforçador da aproximação controlada. A lenta, mas progressiva desestigmatização social da maconhaⁱⁱ, bem como a crescente popularização e disseminação de seu consumo, têm contribuído para que muitos dos controles externalizados no ritual da “roda” deixem de ser necessários. Isso permite que se use a maconha em circunstâncias mais prosaicas e de modo menos solene: durante festas, antes de ir ao cinema, ouvir música, ver televisão. A cannabis passa a contribuir um complemento ou adjunto de reuniões sociais, e definitivamente deixa de ser o objetivo desta ocasião. Além disso, usa-se a maconha solitariamente com muito mais frequência.

Fumando a sós ou em grupo, todos os entrevistados declararam reconhecer sua própria “medida” a respeito de quanto consumir. Sabem por si quando devem parar ao terem atingido o tipo de alteração psíquica ou de relaxamento desejados, conforme seus estados pessoais e o ambiente. O intervalo de tempo entre cada inalação parece funcionar como base para o usuário controlar o grau de absorção da substância esteja ou não acompanhado. De ordinário, os usuários param de fumar após algumas inalações, para avaliarem o “barato”, perceberem se a erva “bateu”, e depois decidirem se desejam mais ou não (Zinberg, 1984: 138).

Embora todos os entrevistados já tivessem fumado em situações públicas, essa prática é vista com evidentes reservas. O habitual é fumar-se em casa, a sós ou com amigos, ou em situações de festa em que se conhece o ambiente e sabe-se que o ato não causará perturbações. Ocasionalmente, fuma-se em praias e ruas desertas. Todos declaram preferir fumar no final da tarde, após o trabalho ou à noite, mas em dias de lazer alguns costumam também fumar pela manhã. Os entrevistados baianos apontam o verão, as férias, o carnaval

e as festas de largo como épocas e situações de uso mais intenso. Os paulistanos, por sua vez, não identificam um período ou ocasião particular em que o consumo se torna mais freqüente.

Atualmente, fuma-se sozinho tão freqüentemente como em grupo. Quando em grupo, não se forma sempre uma “roda” no sentido estrito (as pessoas se espalham), mas se mantém o princípio de circular o “baseado” e fazer com que todos os interessados dêem cada qual o mesmo número de tragadas (“bolas”, “tapas”), estabelecendo-se uma ordem para a passagem do baseado. Todos declaram reconhecer o ponto em que fumaram o suficiente, por experiência própria, e afirmam que não costumam ultrapassá-lo quando o julgam atingido, estejam-se a sós ou em grupo.

Depois do “baseado”, alguns apreciam fumar tabaco, outros alguma bebida alcoólica forte, outros, ainda, não gostam de “misturas”. Muitos já experimentaram outras formas de consumir maconha: fumada através de narguiléⁱⁱⁱ ou de “marica”, cozida em bolo, preparada como chá, curtida em aguardente ou misturada com tabaco. Na nossa experiência de campo estas variações na forma de consumo são, porém, pouco freqüentes e consideradas como exceção ou exotismo. Muitos usuários evitam ceder à “larica” ou fome pós-consumo, considerando que comer “corta o barato”.

Os entrevistados não relataram nenhuma ansiedade particular na falta do produto. Muitos procuram não deixar faltar, mantendo um pequeno estoque ou regularmente ativando contatos para novas compras, ou ainda obtendo pequenas quantidades (“presenças”) cedidas por amigos. Algumas vezes se considera útil suspender o uso por algum tempo, para lidar com algum tipo de seqüela orgânica desagradável ou mesmo para preservar o gosto pela coisa: é comum entre usuários a opinião de que o uso excessivo da erva deteriora a qualidade e a percepção do “barato”.

Para nossos entrevistados, a reação despertada pela falta de maconha, se é manifesta, é sempre mais amena do que a sentida, por exemplo, na falta de tabaco ou de cocaína. Trata-se de algo de que se gosta e, por isso, se prefere ter sempre à mão, mas que não motiva esforços ansiosos para sua obtenção. Um de nossos entrevistados sintetizou a atitude habitual com relação à falta de fumo da seguinte forma:

“Acabou, acabou. É como estar na praia e o sol vai embora; daí, você

volta pra casa”.

Em suma, notamos uma ritualização flexível e decrescente nos procedimentos de consumir a maconha. Parece-nos, tal como sugere Zinberg (1984), que isso se deve à potência frequentemente baixa da erva e ao elevado grau de controle manifestado pelos usuários com relação a seus efeitos, além de certa desestigmatização da prática. Por outro lado, a ausência de rituais altamente estruturados em torno do uso da maconha não deve levar à conclusão de que seus usuários sejam necessariamente dados a um comportamento imprudente ou temerário. Ao contrário, através da progressão no hábito e do conhecimento aí gerado, as sanções relativas à maconha tem sido internalizadas e os rituais originalmente desenvolvidos para reforçar as sanções, não precisam mais ser seguidos tão de perto (Zinberg, 1984: 137). Ocorre com a maconha um processo semelhante ao do álcool: as prescrições referentes a seu uso assumem um caráter mais genérico, sem com isso perderem a eficácia. Tende a predominar, entre usuários como os nossos entrevistados, o desejo de manter o “barato” sob controle de modo a se poder desfrutar de outras atividades – sejam executadas a sós ou em grupo. Não se pode dizer, nos casos investigados, que a maconha seja o centro exclusivo das atenções dos indivíduos, nem o objetivo máximo de suas reuniões sociais ou interações.

A progressiva desritualização não significa, porém um abandono dos valores aprendidos na subcultura. Por exemplo, embora os usuários entrevistados mostrassem disposição para experimentar outras drogas (não injetadas), a maioria continuava a manifestar predileção pela maconha. Apesar do crescimento recente do uso da cocaína eles refutam a hipótese da escalada apontando para o fato de que não é questão de uma droga ser “mais forte” do que outra e sim grande diferença entre os efeitos associados a cada uma delas.

Cumprе acrescentar que as sanções, sendo genéricas, não são consensuais nem mesmo inteiramente conscientes ou elaboradas por todos os entrevistados: elas podem ser vistas muito mais como práticas executadas por cada indivíduo conforme as situações e os estados que experimenta^{iv}.

O consenso das “sanções sociais” aparece mais claramente nas técnicas para lidar com a questão da “bandeira”, isto é, dissimular indícios que possam revelar a prática ilícita

àqueles de quem se pretende manter segredo. São considerados “bandeirados” o forte cheiro da maconha e, secundariamente, a vermelhidão provocada nos olhos após o uso. Para disfarçá-los costuma-se recorrer à queima de incensos e ao uso de colírios.

Mas é também corrente entre os usuários a idéia de que qualquer fumante pode passar plenamente despercebido em público. Isso se liga à observação quanto aos efeitos autocontroláveis da maconha, (o usuário pode se comportar normalmente sob efeito) como também à sensível desestigmatização da prática do ponto de vista do próprio usuário.

Considerações finais

Para concluir, gostaríamos de enfatizar as desvantagens do regime proibicionista em vigor, que tem se mostrado incapaz de controlar o uso da maconha, emprestando-lhe, ao contrário, uma aura de rebeldia, mesmo que superficial, e, relação a certos valores hegemônicos da sociedade. Essa conotação transgressora é notoriamente atraente para certos tipos de personalidade, tal como a dos adolescentes, nos seus esforços por encontrar seus papéis na sociedade.

Além desse efeito contraproducente em relação à disseminação do uso, há outro ainda mais grave. Ao criminalizar esse tipo de comportamento (com a agravante de que a distribuição de cannabis em pequena escala que ocorre entre os membros das redes é passível de ser considerada como tráfico, um crime “hediondo”), sujeita-se uma grande parcela da população, em sua maioria cidadãos honestos e produtivos, a riscos que eles comumente não encontram em suas outras atividades rotineiras. Estes podem lhes causar danos físicos, psíquicos e sociais muito maiores que os se alega resultarem do uso da cannabis.

A prevenção a esses danos poderia ser mais bem realizada através de um reconhecimento dos aspectos positivos do saber sobre drogas corrente entre esses usuários, o que, por seu lado, tornaria mais aceitáveis as eventuais sugestões que se viessem a propor de alterações nas práticas mais prejudiciais.

Assim concluímos que o uso de drogas e a prevenção do seu abuso deveriam ser abordados a partir de toda a sua complexidade biopsicosocial e que as campanhas de

prevenção não deveriam se deixar confundir com ações visando o controle de certos setores da sociedade.

As ações de prevenção aos abusos de drogas deveriam considerar seu público alvo como sendo capaz de adotar atitudes sensatas com base em informação confiável e convincente, estabelecendo um diálogo com eles em que fossem tratados como parceiros qualificados. Os usuários muitas vezes sabem mais do que os agentes de prevenção a respeito dos efeitos imediatos das drogas que costumam utilizar e tendem a aderir às normas, regras de conduta e rituais sociais dos seus grupos de pares para evitar efeitos indesejáveis. O proibicionismo dificulta a difusão do saber sobre drogas dos usuários e acaba tendo um efeito de maximização dos danos.

Bibliografia

ADIALA, J.C. O problema da maconha no Brasil-Ensaio sobre racismo e drogas, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, série Estudos n. 52, outubro, 1986.

BECKER, H Becoming a marihuana user. In: Outsiders; studies in the sociology of deviance. New York, The Free Press. 1966, p. 41-58.

BECKER, H Marihuana use and social control. In: Outsiders studies in the sociology of deviance. New York, The Free Press. 1966 p. 59-78.

BECKER, H As regras e sua imposição. In: Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 86-107.

BECKER, H — Consciência, poder e efeito da droga. In: Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 181-204.

CAVALCANTI, B. C. Danças e Bandeiras - um estudo do maconhismo popular no nordeste do Brasil Dissertação de Mestrado em Antropologia da UFPe, Recife, 1998.

DORIA, R. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: Henman, A. e Pessoa Jr., O. org. Diamba sarabamba. São Paulo, Ground, 1986. p. 19-38.

FREYRE, G. Sobrados e mucambos, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, vol. 2.

FREYRE, G. Nordeste, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985

GRUND, J.P.C. - Drug Use as a Social Ritual - Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation - Rotterdam, Institut voor Verslavingsonderzoek (IVO), 1993.

HENMAN, A.R. Matando o bode: desvio e consenso no uso de drogas comunicação apresentada à XIII Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo, USP, mimeo. 1982.

HENMAN, A.R. Cocaine Futures, In: Big Deal: The Politics of the Illicit Drug Business. London, Pluto Press. 1982.

HENMAN, A.R. A guerra às drogas é uma guerra etnocida. In: Henman, A. e Pessoa Jr., O. org. Diamba Sarabamba. São Paulo, Ground, 1986, p.91-111.

IGLÉSIAS, F. A. Sobre o vício da diamba. In: Henman, A. e Pessoa Jr., O. org. Diamba Sarabamba. São Paulo, Ground, 1986, p. 39-51

KARAN, M.L. Legislação brasileira sobre drogas: história recente- a criminalização da diferença. In; Acselrad, G. (org.) Avessos do Prazer- drogas, aids e direitos humanos, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000, pp151-160

LÉVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem, São Paulo, Nacional, 1976.

MACRAE, E. e SIMÕES, J.A. Rodas de Fumo-O uso da maconha entre camadas médias urbanas, Salvador, EDUFBA, 2000.

MORENO, G. Aspectos do maconhismo em Sergipe. In: Henman, A. e pessoa Jr., O. org. Diamba Sarabamba. São Paulo, Ground, 1986, p.53-68

MOTT, L.A maconha na história do Brasil. In: Henman, A. e Pessoa Jr., O. org. Diamba sarabamba. São Paulo, Ground, 1986, p. 117-135.

TORON, A. Z. Alguns aspectos sociojurídicos da maconha. In: Henman, A. e Pessoa Jr., O. org. Diamba sarabamba São Paulo, Ground, 1986, p. 137-146.

VELHO, G. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia, Tese de doutoramento em antropologia social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975.

VELHO, G. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

ZALUAR, A A Máquina e a Revolta, São Paulo, Brasiliense, 1985

ZINBERG, N. Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use. New Haven, Yale University Press. 1984.

Publicado em: Baptista, M., Cruz, M. S. e Matias, R. (orgs.) Drogas e Pós-modernidade, Rio de Janeiro, EdUERJ., 2003, pps. 95-107.

ⁱ Uma exceção é a trabalho de Velho (1998), realizado nos anos 70, mas só recentemente publicado.

ⁱⁱ Quando se fala em processo de desestigmatização da maconha, deve-se entender que este se produz e repercute diferencialmente na sociedade. Há uma tendência nesse sentido entre segmentos mais escolarizados e informados das camadas de renda alta e média. Nas camadas populares dos grandes aglomerados urbanos, entretanto, a identificação maconha-marginalidade-banditismo é algo mais palpável e cotidiano, uma espécie de “profecia que se cumpre”. Os jovens fumantes explícitos nos bairros populares tendem a ser identificados como bandidos: veja-se, a propósito, a discussão de Zaluar (1985, cap. 5). Parece que o uso da maconha por prazer, livre da conotação de banditismo, no caso jovens de camadas populares urbanas, depende da ampliação do círculo de sociabilidade para fora do bairro e de sua própria classe social, e tende a acontecer longe dos respectivos locais de moradia. No caso do Rio de Janeiro, a associação maconha-banditismo tem claramente a ver com a extensão das redes de tráfico nos bairros populares.

ⁱⁱⁱ Iglésias, 1918, considerava ser o cachimbo o modo predileto de consumir maconha. Esse cachimbo, de origem africana e chamado de “marica”, ainda pode ser encontrado ocasionalmente. Eis a descrição dada por Iglésias de um desses cachimbos que segue o mesmo princípio do “narguilé” árabe:

“O instrumento usado para se fumar a maconha é um cachimbo de argila com um longo canudo de bambu ou taquari, que atravessa uma pequena cabeça cheia de água, onde o jato de fumo se resfria, antes de penetrar na boca do fumador”. (Brandão apud Iglésias, 1986: 45).

^{iv} Poderíamos também pensar no funcionamento das normas do grupo a respeito do que seria considerado o uso aceitável de psicoativos. Embora essa questão não tenha sido tratada especificamente nesta pesquisa, cremos que o observado por Velho, também seja aplicável no caso dos nossos sujeitos. Segundo ele, apesar de certos desvios em relação aos valores da cultura dominante, seus grupos observados mantinham uma série de premissas e valores desta. Continuava presente uma noção de normalidade, de saúde, de doença, que por mais que tenha sido alterada em sua amplitude, marca o discurso do universo. Usar maconha é uma atividade aceita e definida como normal, experimentar ou usar irregularmente cocaína é aceito e pode ser valorizado. Mas o seu uso intenso, cotidiano, incomoda e pode aparecer como desvio. Neste caso se exerce um controle social dentro do grupo capaz de identificar desviantes, manipulando categorias da cultura dominante como "louco", "doente", e até "viciado". (Velho, 1998)